

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
NOTA PRÉVIA	7
AGRADECIMENTOS	9
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	13
RESUMO	15
ABSTRACT	17
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	19
NOTAS QUANTO AO MODO DE CITAR	27
INTRODUÇÃO	31
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	35
1. Breve resenha histórica	35
1.1. O surgimento das sociedades comerciais	35
1.1.1. O <i>societas</i>	35
1.1.2. O desenvolvimento da personalidade jurídica da pessoa coletiva	36
1.1.3. As Companhias coloniais do Séc. XVI ao Séc. XVIII	37
1.1.4. Os tipos societários hodiernos	38

1.2. O aparecimento das sociedades fictícias	42
1.2.1. Nos Estados Unidos da América	42
1.2.2. Em Portugal	43
1.2.2.1. Na doutrina	43
1.2.2.2. Na jurisprudência	44
 CAPÍTULO II – O ATUAL REGIME DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	 45
1. Sociedades Comerciais	45
1.1. Noção e elementos do contrato de sociedade	45
1.1.1. Elemento pessoal	47
1.1.1.1. Da unipessoalidade	47
1.1.2. Elemento patrimonial	49
1.1.3. Objeto societário (elemento finalístico)	51
1.1.4. Fim societário (elemento teleológico)	53
1.2. A personalidade jurídica e a autonomia patrimonial	56
1.2.1. Enquadramento legal	56
1.2.2. Natureza da personalidade jurídica das pessoas coletivas	57
1.2.2.1. Teoria da ficção	59
1.2.2.2. Teoria da pessoa coletiva real	60
1.2.2.3. Teoria do património de afetação	60
1.2.2.4. Teoria da pessoa coletiva como realidade técnico-jurídica	61
1.2.2.5. Teoria da pessoa coletiva centro de imputação de normas jurídicas	63
1.2.2.6. Outras teorias “inominadas” na doutrina	64
1.2.3. Conclusões reflexivas acerca da natureza da personalidade coletiva	65
1.2.3.1. Da necessidade da autonomia de personalidades e de patrimónios	70
1.3. Da capacidade jurídica das sociedades comerciais	71
1.3.1. Das liberalidades	72
1.3.2. Da prestação de garantias	73
1.3.3. Conclusões reflexivas acerca da capacidade jurídica das sociedades comerciais	75
2. Sociedades Fictícias	75
2.1. Razão de ser da nomenclatura e definição do conceito	75

2.2. Subtipos de Sociedades Fictícias	77
2.2.1. Cofre / <i>Shell companies</i>	77
2.2.2. Fachada / <i>Front companies</i>	79
2.2.2.1. Sociedades-fachada no domínio público	80
2.2.3. Fantasma / <i>Ghost companies</i>	81
2.2.4. Sócios silenciosos / <i>Silent partner companies</i>	83
2.2.5. <i>Offshore</i> ilícitas	85
2.2.5.1. Questão prévia – distinção de figuras afins	85
2.2.5.1.1. <i>Offshore</i>	86
2.2.5.1.2. Paraíso fiscal	87
2.2.5.1.3. Jurisdição de secretismo	88
2.2.5.2. Da (i)licitude das <i>offshore</i>	88
2.2.6. Cavalo-de-Tróia / <i>Trojan companies</i>	89
2.2.7. Desembargadoras ou facilitadoras	91
2.2.8. Prateleira / <i>Shelf companies</i>	93
CAPÍTULO III – REFLEXOS DAS SOCIEDADES FICTÍCIAS NOUTROS	
RAMOS DE DIREITO	95
1. Direito Penal	95
1.1. A criminalidade económico-financeira	95
1.1.1. Do crime de branqueamento de capitais	
– Cogitações teóricas	99
1.1.1.1. Do ilícito precedente	102
1.1.1.1.1. Da fraude fiscal – em especial	103
1.1.2. Do crime de branqueamento de capitais	
– Cogitações práticas	104
1.1.2.1. Colocação/ <i>Placement</i>	105
1.1.2.2. Circulação/ <i>Layering</i>	106
1.1.2.3. Integração/ <i>Integration</i>	107
1.1.3. As SAD, a Proposta de Lei n.º 62/XV e a Lei n.º 14/2024	108
1.2. Implicações processuais	110
1.2.1. A pessoa coletiva arguida	112
1.2.1.1. Confusão de posições processuais?	116
1.2.2. Das medidas de coação e de garantia patrimonial	118
1.2.3. Das penas	123
1.2.3.1. A pena de multa	124

1.2.3.2. A pena de dissolução	125
2. Direito Fiscal	125
2.1. As sociedades fictícias como meio de evasão e/ou fraude fiscal	130
2.1.1. Impostos de saída	131
2.1.2. A NAAG	133
2.2. Em especial, do IVA	138
3. Direito Laboral	143
3.1. Os vistos	143
3.2. As SAD – Novamente	148
4. Direito da Insolvência	149
4.1. Constituição <i>ex ante</i> de sociedades fictícias	149
4.2. Constituição <i>ex post</i> de sociedades fictícias	151
4.2.1. Insolvência fortuita	152
4.2.2. Insolvência culposa	153
4.3. Insolvência e constituição de sociedades por pessoa(s) interposta(s)	153
5. Panorama jurídico internacional	155
5.1. A Diretiva <i>Unshell</i>	157
5.1.1. Âmbito temporal	158
5.1.2. Âmbito subjetivo	158
5.1.3. Âmbito subjetivo – Exclusões	158
5.1.4. Efeitos da inclusão no âmbito subjetivo	160
5.1.5. Efeitos da (falta de) substância económica	161
5.1.6. As consequências	161

CAPÍTULO IV – DAS (POSSÍVEIS) SOLUÇÕES PARA COMBATER AS SOCIEDADES FICTÍCIAS – UMA PERSPETIVA DE DIREITO PRIVADO

1. A simulação do contrato social	163
2. A responsabilidade civil	165
2.1. Enquadramento	165
2.2. Responsabilidade contratual?	166
2.3. Responsabilidade extracontratual?	167
2.3.1. Concurso de responsabilidades?	168
2.4. <i>Culpa in contrahendo?</i>	169
2.5. Responsabilidade civil pela confiança?	171

2.6. Conclusões reflexivas acerca da aplicabilidade do instituto	172
3. A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade comercial	173
3.1. Contextualização histórica	174
3.1.1. Origem e evolução	175
3.2. Os “grupos de casos”	176
3.2.1. Casos de imputação	176
3.2.1.1. “Contorno” de obrigações de não-concorrência	176
3.2.1.2. Equiparação da venda da totalidade (ou maioria) das participações sociais a uma venda da empresa social	176
3.2.1.3. “Contorno” de proibições legais – Arts. 877.º, 2194.º e 2196.º do CC	177
3.2.1.4. Inoponibilidade baseada em boa fé	178
3.2.1.5. Contorno de proibições baseadas em conflitos de interesses	178
3.2.2. Casos de responsabilização	178
3.2.2.1. Descapitalização provocada pelos sócios	179
3.2.2.2. Confusão patrimonial	181
3.2.2.3. Subcapitalização material manifesta	181
3.2.2.3.1. Credores fortes e credores fracos?	182
3.3. Requisitos da desconsideração	184
3.4. Reflexos normativos da desconsideração	186
3.5. Paradigma atual – Reflexões conclusivas	187
3.6. Desconsideração e sociedades fictícias – Conclusão	190
 CAPÍTULO V – POSSÍVEIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS	 191
1. No domínio civil e comercial	191
2. No domínio penal	193
 CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES	 195
 REFERÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS	 199
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 205

